

PROVA
23 01 09

ESTATUTOS CIVIS DA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DO
RIO DE JANEIRO – CARJ

CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Finalidade e Duração

Art. 1º- Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro , também designada pela sigla CARJ, membro da Cáritas Brasileira-CB, fundada em 05/08/1969 com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, à Rua dos Arcos, 54 – Lapa, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20230-060, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

Art. 2º – Seus Objetivos São:

- a) realizar estudos sobre os problemas de assistência social, de educação de base e de promoção humana, buscando soluções adequadas mediante os processos de serviço social;
- b) colaborar na formação da consciência privada e pública para que no ambiente social vigorem a solidariedade humana, a justiça social e a caridade cristã;
- c) planejar e promover a ação conjunta das obras ou movimentos que visem a assistência social e a promoção humana;
- d) representar seus membros junto às autoridades e organismos estaduais e nacionais, quando para tal for solicitado;
- e) providenciar mediante convênios, campanhas junto à comunidade local, ou qualquer outro meio honesto, recursos materiais e humanos para seus programas normais ou para atendimento das vítimas de catástrofes;
- f) realizar atendimento social sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como a pessoa portadora de deficiência.

CAPÍTULO II- Dos Compromissos da CARJ

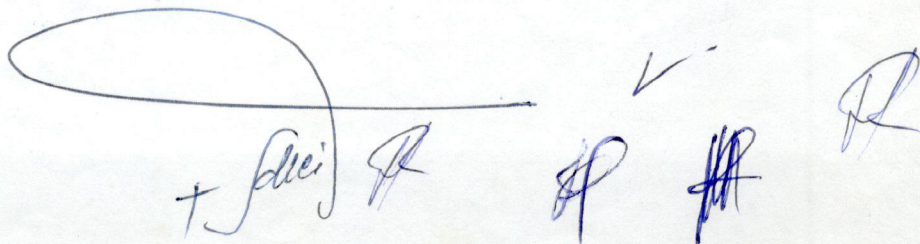
Art. 3º - Compromisso da CARJ

A CARJ se dedicará às suas atividades através de seus administradores e membros, e adotará práticas de gestão administrativa suficientes a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e desenvolvimento de seus objetivos.

CAPÍTULO III – Dos Membros da CARJ

Art. 4º – Serão Membros da CARJ:

As Obras Sociais representadas por seus diretores e que possuam vinculação direta ou indireta com a Igreja Católica e quando dispostas a aceitarem as normas e diretrizes determinadas pela CARJ.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a large, loopy signature that appears to be 'F. J. de A.'. To its right are several smaller, more stylized initials and signatures, including what looks like 'R', 'P', and 'R'.

Parágrafo único: a admissão ou exclusão dos membros dar-se-á, com a aprovação do Senhor Arcebispo, referendada pela Assembléia Geral.

Art. 5º - Direitos e Deveres dos Membros

Os membros da CARJ terão o direito a participar das atividades desenvolvidas pela CARJ.

É dever dos membros da CARJ, aceitarem as normas e diretrizes por ela estabelecidas.

CAPÍTULO III – Da Organização e Governo da CARJ

Art. 6º – São Órgãos da CARJ:

- a) Assembléia Geral
- b) A Diretoria
- c) O Conselho Fiscal

Art. 7º – A Assembléia Geral é constituída por:

- a) Um representante de cada membro da CARJ
- b) Membros da Diretoria
- c) Membros do Conselho Fiscal

Parágrafo único: A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente ou o Arcebispo do Rio de Janeiro.

Art. 8º – Da Reunião da Assembléia Geral

A Assembléia Geral reunir-se-á em 1.ª convocação com a presença de pelo menos 2/3 de seus membros e em 2.ª convocação, uma hora depois com qualquer número, e aprovação de 60 por cento dos membros presentes.

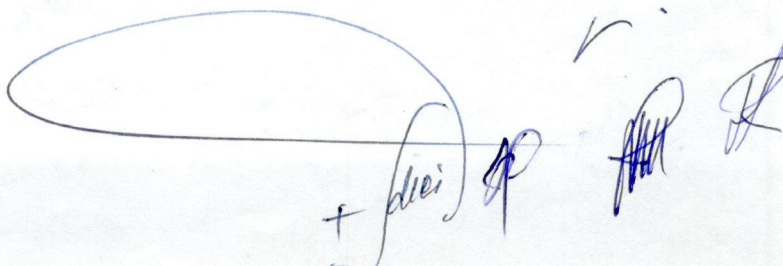
Art. 9º – Compete à Assembléia Geral:

- a) avaliar e revisar os planos, programas, atividades e aprovar o relatório e o balanço anual da CARJ;
- b) referenciar as reformas dos Estatutos da CARJ;
- c) referendar os nomes indicados pelo Senhor Arcebispo.

Art. 10º - Da Competência do Senhor Arcebispo:

O Arcebispo do Rio de Janeiro será o Presidente nato da Assembléia Geral, competindo-lhe:

- a) convocar e presidir a Assembléia Geral;
- b) apresentar a Assembléia Geral os nomes para a escolha dos diretores e membros do Conselho Fiscal;



- c) velar pela fidelidade da CARJ aos estatutos e a Igreja, dispondo para tanto de poderes adequados, inclusive podendo exonerar os Diretores e membros do Conselho Fiscal.

Art. 11º – Da Composição da Diretoria

A Diretoria da CARJ é composta de: **Diretor Presidente, Diretor Executivo e Diretor Secretário**, com mandato de 03 anos, indicados pelo Senhor Arcebispo e referenciados pela Assembléia Geral, competindo-lhes:

- a) administrar a CARJ;
- b) presidir ao planejamento técnico e administrativo da CARJ;
- c) resolver os casos omissos dos Estatutos “ad referendum” do Arcebispo do Rio de Janeiro.

Art. 12º – As funções dos membros da Diretoria são as seguintes:

- a) ao Diretor Presidente: Orientar a administração da CARJ; representar a CARJ ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, quanto aos poderes públicos, entidades estatais, para-estatais ou privadas do País e em todas as suas relações com terceiros; presidir as reuniões da Diretoria, administrar e demitir funcionários, assinar e endossar cheques e ordens bancárias em conjunto com o Diretor Executivo e no impedimento do mesmo, com o Diretor Secretário ou um funcionário da CARJ credenciado pela Diretoria; assinar em conjunto com outros Diretores, contratos, convênios, e outros documentos que envolvam responsabilidades jurídicas da CARJ; assinar e passar procurações e tudo o mais praticar no desempenho de suas funções e na defesa dos interesses da CARJ;
- b) ao Diretor Executivo: Gerir a administração financeira da CARJ, assinar e endossar cheques e ordens bancárias em conjunto com o Presidente e, no seu impedimento, com o Secretário ou com um funcionário da CARJ credenciado pela Diretoria; preparar a proposta orçamentária; substituir o Presidente em seus impedimentos;
- c) ao Diretor Secretário: Secretariar as reuniões da Diretoria; assinar e endossar cheques nos impedimentos de um dos outros dois Diretores; orientar as comunicações com os membros da CARJ; substituir o Diretor Executivo em seus impedimentos.

Art. 13º - Do Conselho Fiscal

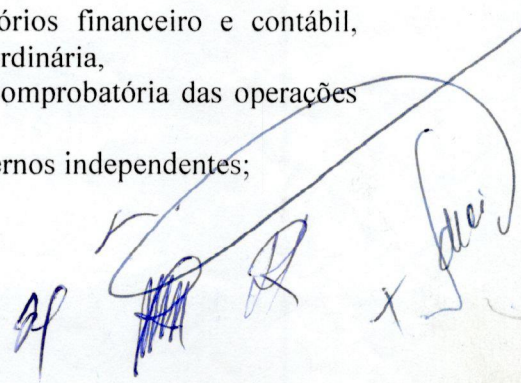
O Conselho Fiscal que será composto por três membros, indicados pelo Senhor Arcebispo e referendados pela Assembléia Geral, e, tem por objetivo, **indelegável**, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da CARJ, com as seguintes atribuições;

I - Examinar os livros de escrituração da CARJ;

II - Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os a Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária,

III – Requisitar, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela CARJ;

IV - Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;



V – Aprovar as contas da administração;

Parágrafo primeiro - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, na segunda quinzena de março, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente da CARJ.

Parágrafo segundo – O mandato do Conselho Fiscal será de 03 anos.

CAPÍTULO IV – Do Patrimônio

Art. 14º – O Patrimônio da CARJ, constituir-se-á por:

- a) contribuições
- b) doações, legados, subvenções, etc.
- c) bens adquiridos e outros valores obtidos pela administração.

Parágrafo Primeiro: - A CARJ aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais em território nacional.

Parágrafo Segundo: - A CARJ não distribuirá lucros, bonificações, dividendos ou outras vantagens sob nenhuma forma ou pretexto aos seus dirigentes mantenedores ou associados e nem remunerará por qualquer forma os membros da Diretoria.

Parágrafo Terceiro: - A CARJ aplicará as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

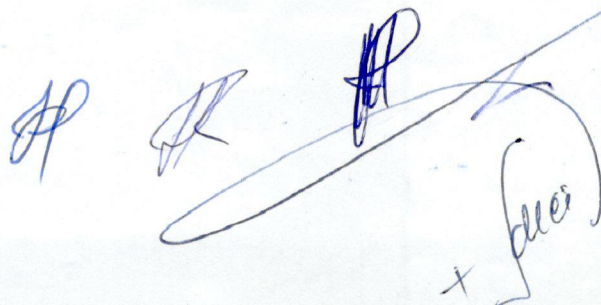
Art.15º - Da Dissolução da CARJ

A dissolução da CARJ só poderá ser efetivada pela Assembléia Geral com aprovação de 60% (sessenta por cento) dos membros presentes, quando expressamente convocada para esta finalidade pelo Arcebispo do Rio de Janeiro.

Art. 16º – Da Destinação do Patrimônio:

Em caso de dissolução, seu patrimônio será dividido entre as Entidades Congêneres de caráter filantrópico reconhecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

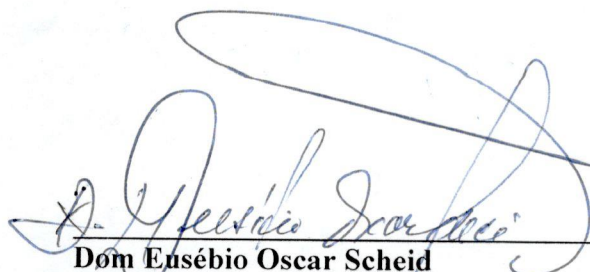
Parágrafo Único: - Os membros, a Diretoria e o Conselho Fiscal, não respondem pelas obrigações sociais da entidade.



20 01 09

5

Rio de Janeiro, 03 de Novembro de 2008



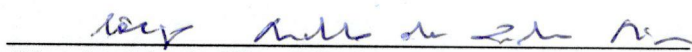
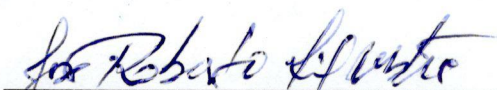
Dom Ensébio Oscar Scheid

Presidente da Assembléia e Arcebispo do Rio de Janeiro



Pe. Manuel de Oliveira Manangão

Diretor Presidente


Côn. Aroldo da Silva Ribeiro
Diretor Executivo
Côn. José Roberto da Silva
Diretor Secretário
José Roberto Silvestre
Secretário "Ad Hoc"

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Av. Presidente Wilson, n° 164 sobreloja 103

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO.

22797

2008/2041050199 23/01/2009
RMS14614 Emol: 34,92 Adic: 6,98 Mútua: 8,01

Oficial

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Jalil Lira Buannafina
Substituto

CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
REGISTRAL

XEW

1ATO

RMS14614

